

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.539 - MS (2019/0334119-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MARIANE SANTANA MARQUES**
ADVOGADOS : **MARCELLO JOSÉ ANDREETTA MENNA - MS019293**
KLEYDSON GARCIA FEITOSA - MS021537
RECORRIDO : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADOS : **LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO - MS006611**
WILSON ROBERTO VICTORIO SANTOS - MS006726
HENRIQUE ALBERTO FARIA MOTTA - RJ113815
LUCIANA VERÍSSIMO GONÇALVES - MS008270
FÁBIO JOÃO DA SILVA SOITO - RJ114089
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498
PEDRO HENRIQUE BANDEIRA SOUSA - RJ155834

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. 1. DISCUSSÃO ACERCA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEGITIMIDADE CONCORRENTE ENTRE PARTE E ADVOGADO. PRECEDENTES. 2. PRETENSÃO DE INSTAURAÇÃO DE IRDR. FORMALIDADES LEGAIS NÃO PREENCHIDAS. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF. 3. DEMAIS QUESTÕES PREJUDICADAS. 4. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Mariana Santana Marques, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 252):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT – RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE EXCLUSIVAMENTE PARA BUSCAR MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E A EXCLUSÃO DA COMPENSAÇÃO – ILEGITIMIDADE – VERBA QUE INTEGRA PATRIMÔNIO DO ADVOGADO E NÃO DA PARTE – RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos do art. 85, §14º, do NCPC e art. 23 do Estatuto da OAB, os honorários sucumbenciais constituem direito do Advogado e integram seu patrimônio.

2. O autor não é parte legítima para recorrer, exclusivamente,

Superior Tribunal de Justiça

buscando a majoração da verba honorária ou a exclusão da compensação, pois, o art. 18 do NCPC disciplina que ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio.

3. Recurso não conhecido.

Opostos embargos de declaração, estes não foram conhecidos.

Nas razões do recurso especial, a insurgente indica divergência jurisprudencial e violação aos 5º, 8º, 85, § 14, 99, § 5º, 322, § 2º, e 976 do CPC/2015.

Sustenta a legitimidade concorrente entre litigante e patrono para recorrer de questão pertinente à verba honorária.

Entende que o valor fixado a título de honorários advocatícios seria aviltante.

Defende a necessidade de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas no Tribunal de origem.

Requer o afastamento da sucumbência recíproca.

Contra-arrazado (e-STJ, fls. 563-567), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 569-572), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante esclarecer que esta Corte Superior firmou o entendimento de que tanto o litigante quanto o advogado possuem legitimidade para recorrer da decisão no tocante aos honorários advocatícios.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO, JULGADOS PROCEDENTES. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. LEGITIMIDADE E INTERESSE RECURSAIS. EXISTÊNCIA. SÚMULAS 7/STJ E 282/STF. INAPLICABILIDADE. VERBA HONORÁRIA ARBITRADA DE FORMA IRRISÓRIA. REVISÃO. POSSIBILIDADE.

1. Na forma da jurisprudência desta Corte, "tanto o litigante quanto seu patrono possuem legitimidade para recorrer da decisão com relação à fixação dos honorários advocatícios" (AgRg no REsp 1.375.968/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 10/11/2014). Nesse mesmo sentido: AgRg no REsp 532.173/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

Superior Tribunal de Justiça

SEGUNDA TURMA, DJe 06/05/2009.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1780380/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA ATUARIAL. SUFICIÊNCIA DE MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. EXCESSO DE EXECUÇÃO E JUROS COMPOSTOS. NÃO CONFIGURAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEGITIMIDADE RECURSAL. LITIGANTE. POSSIBILIDADE. VALOR ARBITRADO. REVISÃO. INADMISSIBILIDADE. MONTANTE RAZOÁVEL. MULTA PROCESSUAL. SEGUNDOS DECLARATÓRIOS. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO. LEGALIDADE.

(...)

4. Tanto o litigante quanto seu patrono possuem legitimidade para recorrer da decisão com relação à fixação dos honorários advocatícios. Precedentes.

(...)

7. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1375968/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 10/11/2014)

Assim, por estar o acórdão estadual em dissonância à jurisprudência desta Corte Superior, a decisão merece reparos, já que não há que se falar em ilegitimidade da litigante para recorrer de questão relativa à fixação da verba honorária.

Quanto à pretensão de instauração de incidente de demandas repetitivas, verifica-se que o Tribunal de origem entendeu que o pedido não teria obedecido à formalidade legal prevista no art. 977 do CPC/2015, fundamento que não foi impugnado pela parte, atraindo a incidência dos enunciados n. 283 e 284 da Súmula do STF.

Nessa linha:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA

(...)

3. A insuficiência das razões recursais e subsistência de fundamento

Superior Tribunal de Justiça

inatacado, apto a manter o acórdão recorrido impõe a inadmissão do recurso especial. Incidência, por analogia, das Súmulas 283/STF e 284/STF.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no Ag 1376791/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018)

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe provimento a fim de reconhecer a legitimidade da litigante para recorrer da parte da sentença relativa à verba honorária, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciado o recurso de apelação.

Prejudicadas as demais questões.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator